

A ATUALIDADE DO BARÃO DO RIO BRANCO

*Palestra do Ministro da Defesa, Celso Amorim,
no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

Brasília, 9 de maio de 2012

Senhoras e senhores,

“Que o Brasil, pela sua ação diplomática, é hoje considerado de modo muito diferente do que era julgado ainda há poucos anos, não é mistério para ninguém. Não há brasileiro, no sertão mais longínquo que seja, que não saiba do melhor conceito que adquiriu a sua pátria e que não se sinta orgulhoso disso. A nossa diretriz diplomática tem sido a da paz e a da defesa dos nossos interesses econômicos”.

A atualidade das palavras que acabo de citar é notável.

Foram escritas pelo Barão do Rio Branco, em um balanço das relações exteriores no Governo Afonso Pena publicado anonimamente no *Jornal do Commercio* em 1909.

Transcorrido um século, transformado o Brasil em tantos e tão fundamentais aspectos, cabe indagar: que características guarda o legado de Rio Branco, de modo a justificar uma evocação que transcenda o interesse histórico ou a identificação de similaridades de superfície?

Hoje, como há cem anos, a força da política externa do país está ligada à consolidação e ao avanço de seu quadro interno.

Rio Branco soube traduzir o progresso econômico e político de seu tempo – evidentemente um progresso circunscrito aos limites do possível na chamada “República dos Conselheiros” – em relações exteriores à altura das dimensões do Brasil e dos desafios de sua época.

★ ★ ★

O sistema internacional dos albores do século XX era caracterizado, para Rio Branco, pela interação entre estados voltados pragmaticamente para a realização de seus interesses por meio da competição e da cooperação.

Seu traço distintivo era dado pela categoria das grandes potências, descritas por ele como “unidades tremendas e devastadoras”.

Esta descrição, que contém um evidente elemento de crítica – ou, pelo menos, de advertência –, antecipa o diagnóstico do chanceler sobre o que qualificaria como “imperialismo” como força profunda de conflito na política mundial de seu tempo.

O reconhecimento da centralidade das grandes potências para a dinâmica internacional sugeria, desde logo, reservas à ideia de uma diferença qualitativa entre as relações internacionais da América e da Europa, expressa na separação proposta por Joaquim Nabuco entre o “hemisfério beligerante” (a Europa) e o “hemisfério neutro” (a América, “continente da paz”).

A entrada dos Estados Unidos no grupo das potências importava, de fato, na inclusão – e não na exclusão – da América Latina na dinâmica geral do sistema internacional.

A clara compreensão do jogo global de interesses recomendava cautela quanto aos desígnios do conjunto das grandes potências, ilustrados neste despacho telegráfico de 1904: [cito] “Quando as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a ocupar e colonizar na África e na Australásia hão de voltar os olhos para os países da América Latina, devastados pelas guerras civis, se ainda assim o estiverem, e não é provável que os ampare a chamada Doutrina de Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população, política imperialista e já ali se sustenta o direito de desapropriação, pelos mais fortes, dos povos incompetentes”. [fim da citação]

Parece evidente que, para Rio Branco, o Brasil integrava um sistema internacional que impunha desafios e que exigia posicionamentos estratégicos.

A complexidade aparece como condição da inserção internacional do país, avessa a reduções simplistas dos cálculos diplomáticos.

Tratava-se, na verdade, de estabelecer o que poderíamos chamar de “racionalidade sistêmica”, na qual a ação diplomática que teria maior eficácia na busca da paz e da prosperidade seria a que soubesse calcular os interesses do Brasil por referência à dinâmica geral (e não apenas regional) das relações entre os estados, dinâmica essa fortemente marcada pela competição.

Essa racionalidade, da qual Rio Branco foi exímio formulador e executor com grande senso de realismo, provavelmente não constituía verdade manifesta no discurso público do Brasil da primeira década do século XX.

É o que se conclui da necessidade, em que Rio Branco se viu, de esclarecer, em artigo anônimo de 1908, que a noção de que viveríamos “fora da realidade da política internacional de hoje” era “plena ilusão”, devida ao “longo tempo em que a América do Sul esteve entregue a si mesma”.

Ao declarar encerrado o período de intervenções na vida interna dos vizinhos platinos, afirma sobre o Brasil: [cito] “O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído (...). O Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população”. [fim da citação]

Essas credenciais brasileiras para tomar parte no grande jogo da política internacional estavam ligadas à aspiração nacional de [palavras de Rio Branco] “engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos”, e de chegar, junto de pelo menos “quatro ou cinco das maiores nações da América Latina”, “a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo”.

Em outras palavras, com o Barão do Rio Branco a política externa brasileira adota com clareza uma visão realista e racional, cujo sentido, longe do afã da glória, é colocar a diplomacia a serviço da realização do enorme potencial de desenvolvimento nacional e regional.

A aproximação com os Estados Unidos, principal mercado para nosso café e apoio político de indiscutível valia em certas circunstâncias adversas, era “ponto cardeal” dessa nova projeção do Brasil, mas não podia ser feita à custa [cito] “do direito de pensar e de proceder com a lealdade que é a força essencial da nossa amizade”. [fim da citação]

(um parêntese: esse proceder leal nem sempre é bem compreendido. Discutindo certa vez divergências entre o Brasil e os Estados Unidos com Bill Richardson, meu colega norte-americano nas Nações Unidas, que depois viria a ser governador do Novo México e pré-candidato a presidente no Partido Democrático, afirmei que o melhor amigo não é aquele que concorda sempre. Ao que ele respondeu: “é, mas acho que a gente prefere aqueles que concordam sempre”).

A atitude independente com que Rio Branco conduzia a relação bilateral fica patente no caso Alsop, sobre o qual escreveu anonimamente em 1909.

Mesmo saudando a noção de “destino manifesto” que inspirava as ações norte-americanas, observa com realismo exemplar: [suas palavras] “não entendemos, porém, de amizade incondicional, especialmente para com os fortes”.

Passa então a criticar a ameaça ilegal norte-americana de uso da força contra o Chile, nosso importante aliado e vizinho na América do Sul, região onde Rio Branco entendia haver [cito] “direito nosso de operar (...) sem ter que pedir licença ou dar explicações” ao Governo dos Estados Unidos.

O “ciclo maior” a que o Brasil se lançava naquele momento incluía também a primeira grande reunião multilateral do país, a Conferência da Haia, outro ponto cardeal (por assim dizer “instantâneo”) de nossa projeção internacional.

A brilhante defesa do princípio da igualdade soberana por Rui Barbosa nas discussões sobre a criação de uma corte permanente de arbitragem durante a conferência é bem conhecida, e revela que Rio Branco não perdeu de vista a solidariedade latino-americana como parte integrante do interesse nacional.

Rio Branco autorizou Rui Barbosa a adotar essa posição instruindo-o a atrair “as simpatias dos povos fracos e o respeito dos fortes”.

Acrescento que o apoio a algumas de nossas posições na Haia não foi imediato, como ilustra o caso da votação sobre o Tribunal de Presas Marítimas.

Dá prova da firmeza de propósito do chanceler no Rio de Janeiro o despacho em resposta a Rui Barbosa, que alertara sobre o Brasil ter ficado – coincidência extraordinária! – sozinho com a Turquia no voto contrário à criação daquele Tribunal: [cito] “Ainda que tivéssemos ficado, inteiramente, isolados, teríamos ficado bem (...) Não fomos à Haia para subscrever o que a maioria quiser”.

Como Rui Barbosa notaria um ano mais tarde, esse isolamento brasileiro no momento da votação veio a ser revertido à medida que quase a metade dos países reunidos na Haia se deu conta da grosseira iniquidade contida no projeto e não aderiu à convenção que criaria o Tribunal.

★ ★ ★

A atuação regional do Brasil caracterizou-se pelo que Rio Branco definiu lapidarmente como uma “inflexível diretriz de concórdia eficaz e leal amizade entre todas as nações sul-americanas”.

Rio Branco entendia serem as prevenções e ódios entre castelhanos e portugueses uma “velha sobrevivência” ibérica estranha não apenas à América do Sul, como também à sua formação pessoal.

Em carta de 1905 ao então representante argentino no Rio de Janeiro, Manuel Gorostiaga, o Barão recorda que sua juventude passou-se em período marcado por forte cooperação e mesmo aliança militar entre Brasil e Argentina.

A reversão de preconceitos e desconfianças por meio de uma diretriz de cooperação sul-americana, ou atitude de “cordura e longanimidade” (como a designou em outra ocasião), encontrou sérias resistências.

Nas negociações bilaterais com a Bolívia e o Uruguai, por exemplo, Rio Branco foi muito criticado pela posição negociadora que hoje reconhecemos como um de seus maiores méritos.

Ele a resumiu assim a propósito do Acordo sobre o Acre: [cito] “As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, mais ainda, aquelas em que todas ganham, serão sempre as melhores”.

Na exposição de motivos sobre a cessão ao Uruguai da foz do Rio Jaguarão e de trecho da Lagoa Mirim, Rio Branco menciona a resistência na imprensa e mesmo no Itamaraty (por parte do Visconde de Cabo Frio, que fora vice-ministro por várias décadas) a essa alteração na política fronteiriça brasileira.

Buscava superar a imagem dos vizinhos como inimigos, começando por uma concepção inovadora dos limites territoriais: [cito] “As fronteiras não são obra de separação e divergência, devem ser penhor de segurança e de paz”. [fim da citação]

Seu senso de realismo não impedia – quiçá estimulava – um entendimento sobre a inserção regional orientado ao que a ciência política moderna chamaria um jogo de soma positiva.

As reiteradas tensões com a Argentina, naturais naquela época formativa, encontraram em Rio Branco um estadista consciente do enorme potencial aberto pela diplomacia da paz para a realização dos magnos objetivos nacionais de cada país.

Notou a “grave responsabilidade” de ambos os países decorrente da “assombrosa fertilidade dos nossos territórios”, que não podiam ser devastados pela guerra.

A esse conjunto de posições construtivas nas relações bilaterais o chanceler associou a inovadora proposta de coordenação regional pelo pacto do A.B.C.

Argentina, Brasil e Chile não se ligariam pela oposição às grandes potências, mas sim no marco daquele já mencionado direito de operar na América do Sul sem ter que pedir licença ou dar explicações a potências estrangeiras.

Rio Branco partia do reconhecimento da preeminência chilena no Pacífico, e falava em [cito] “dividir com a República Argentina, se assim se pode dizer, a parte de hegemonia que nos cabe” no Atlântico Sul.

Previa que [suas palavras] “uma cordial inteligência entre a Argentina, o Brasil e o Chile seria de grande proveito para cada uma das três nações e teria influência benéfica dentro e fora das suas fronteiras”. [fim da citação]

Certamente contribuiria para minimizar as oportunidades de intervenção estrangeira na América do Sul.

A ideia do A.B.C. revela que Rio Branco não se deixava atrair por uma visão ingênua que consistiria em emular as conflituosas dinâmicas sistêmicas por meio de rivalidades regionais.

Antes, ciente dos riscos e oportunidades colocados para o Brasil pelo sistema internacional, valia-se daquelas dinâmicas como forma de demonstrar a necessidade de coesão política (e mesmo militar) sul-americana.

★ ★ ★

A segurança das fronteiras, da população e dos interesses brasileiros caracterizava-se, para Rio Branco, não apenas por uma ação diplomática eficaz e orientada para a proteção dos ativos nacionais, mas também pelo respaldo em capacidades militares adequadas para uma estratégia dissuasória de defesa.

Ao abordar o tema em discurso de 1906, sua primeira preocupação é afastar as figuras do militarismo e da busca da hegemonia: “Quando éramos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América do Sul, em terra e no mar, nunca a nossa superioridade de força foi um perigo para os nossos vizinhos, nunca empreendemos guerras de conquista, e menos poderíamos pensar nisso agora que a nossa Constituição política no-las proíbe expressamente”. [fim da citação]

Em seguida, distingue entre a paz como aspiração diplomática e o preparo militar como preceito da Defesa Nacional: “Nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar (...) Não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais (...) Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que às vezes só a força pode dar”. [fim da citação]

Não escapava a Rio Branco que o descuido com a defesa nacional podia converter-se em incentivo à guerra, e não à paz.

Observava, em 1911, a sorte então reservada à China, que desdenhara as “virtudes militares” e encontrava-se exposta “às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações consequentes da derrota”.

Situações concretas enfrentadas no decurso de sua gestão evidenciaram a percepção que tinha da utilidade da dissuasão militar para certas ações diplomáticas.

Por vezes, afligia-se com a indisponibilidade ou escassez de meios.

É importante essa ideia da dissuasão, da capacidade militar orientada a evitar atitudes hostis, pois o Barão repugnava o emprego agressivo dos meios militares.

Rio Branco afirmou certa vez que a “moderação e os sentimentos pacíficos do Governo brasileiro” estavam “em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação”.

Creio que esse exame de sua posição sobre o papel dos meios militares atesta que a moderação constituía, para ele, atributo comum às políticas externa e de defesa, cuja sintonia era – e segue sendo – indispensável para a projeção do país.

★ ★ ★

Não farei uma reconstrução histórica dos cem anos que separam em nossa política externa a primeira década do século XX da primeira década do século XXI.

Diferentes linhagens de pensamento sobre a inserção internacional do Brasil, enunciadas naquele momento por homens como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, viriam a se estabelecer e consolidar como referências de nossa ação diplomática, ora voltada para relações preferenciais com a grande potência hemisférica, ora voltada para uma maior pluralidade dos relacionamentos externos, como é o caso nos dias de hoje e – estou convencido – seguirá sendo daqui para frente.

O legado de Rio Branco, rico e seminal, segue infenso a uma interpretação unívoca.

Aponta, é certo, para aquele realismo salutar que sabe evitar expectativas ingênuas sem renunciar a ideais elevados, de que fala Martin Wight.

Por um lado, Rio Branco descartava a plausibilidade de amizades incondicionais, de cooperação desligada do interesse e de pacifismo indefeso (não cabia, para ele, a ideia de uma defesa delegável); por outro, não renunciava à promoção de alguns princípios multilaterais que limitassem o uso da força, ao ideal de uma ordem mais harmônica e de um Brasil forte, soberano e plenamente desenvolvido.

A defesa que fazia do interesse nacional tinha ao menos estas três características: orientava-se por uma racionalidade sistêmica, imprimia uma diretriz de cooperação sul-americana e lastreava-se em uma estratégia dissuasória de defesa nacional.

Um exame das grandes linhas da política externa da última década demonstra, a meu ver, a atualidade dessas características.

★ ★ ★

Após os atentados terroristas de 11 de setembro, a ideia de uma unipolaridade benigna, defendida por alguns, cedeu passo à concepção estratégica ofensiva (ou “assertiva”) adotada pela superpotência e à sua disposição a determinar unilateralmente tanto a existência de ameaças à paz e segurança internacionais quanto a necessidade de uso da força para solucionar tais situações.

A invasão do Iraque apontou para a instabilidade intrínseca e a insegurança estrutural desse sistema que em outra ocasião qualifiquei de “desequilíbrio de poder”.

O Governo do presidente Lula teve clara percepção da dimensão desse risco desde o seu primeiro dia.

Por uma série de ações, como a aproximação imediata e em nível presidencial com a Alemanha e com a França, e em nível ministerial com a Rússia – todos esses países vocais na oposição à guerra –, o Brasil posicionou-se firmemente no campo da defesa da integridade normativa do sistema internacional, centrada na Carta de São Francisco.

Como se disse à época, tão urgente quanto reconstruir o Iraque era reconstruir as Nações Unidas.

O pleito pela expansão do número de assentos permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança, e também pela mudança de seus métodos de trabalho, que o Brasil ajudou a articular com Alemanha, Índia e Japão (o G-4), partiu do entendimento de que a autoridade do órgão aumentará conforme melhore sua representatividade.

Na Organização Mundial do Comércio, a correlação de forças no processo negociador da Rodada Doha foi transformada em Cancún, em 2003, com a criação do G-20, que coligava grandes economias do mundo em desenvolvimento em prol de uma nova ordem no comércio de bens agrícolas.

O G-20 convergiu com o grupo mais amplo dos países em desenvolvimento (chamado de G-90), inclusive os países de menor desenvolvimento relativo, durante a Conferência Ministerial de Hong Kong da OMC, em 2005, quando foi possível, mediante uma plataforma comum, extrair das nações ricas, notadamente as da União Europeia, uma data final para a eliminação dos subsídios às exportações agrícolas pelos países desenvolvidos.

Independentemente do estado atual da Rodada Doha, esse segue sendo um interesse vital para o Brasil, que, naquele episódio, granjeou “as simpatias dos fracos e o respeito dos fortes”, para citar mais uma vez o despacho de Rio Branco a Rui.

Essa agenda reformista suscitava uma reflexão mais ampla sobre a necessidade de reorganização das relações internacionais.

A racionalidade sistêmica cobrava ação diplomática paciente, mas imediata e desassombrada, na direção da multipolaridade, estrutura mais conducente à redução das históricas vulnerabilidades externas brasileiras e à realização do desenvolvimento nacional.

Além das organizações internacionais, as coalizões de geometria variável em que o Brasil operou favoreciam não só a defesa pragmática do interesse nacional como a formação de coalizões calcadas em afinidades valorativas.

O fórum de diálogo IBAS, criado por Índia, Brasil e África do Sul já em 2003, oferece o melhor exemplo dessas afinidades, ao reunir três grandes democracias multiétnicas, multiculturais e do mundo em desenvolvimento, cada uma capaz de irradiação em suas respectivas regiões e de projeção global.

O IBAS impulsionou a agenda de cooperação Sul-Sul por iniciativas concretas como o Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza, dando prova de que um país não precisa ser rico para praticar a solidariedade.

Teve também repercussão positiva em outras áreas, como na própria formação do G-20 comercial.

Depoimento nesse sentido me foi feito à época pelo nosso representante permanente junto à OMC, o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, eminente membro deste instituto.

Três anos mais tarde, em 2006, começou a tomar forma o agrupamento BRICS, que hoje reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O grupo BRICS caracteriza-se pelo pragmatismo da articulação e projeção de interesses comuns, fundado no desejo de ver suas visões refletidas na agenda de governança do mundo multipolar.

Movida pela vocação de independência de seus membros, a consolidação dos BRICS é indicativa do enfraquecimento do quadro de hegemonia.

Os desafios presentes e futuros que encontrem, aliás inerentes a qualquer coalizão de composição variada, não impedem que se aplique aos BRICS o que, no seu tempo, Joaquim Nabuco observou sobre a elevação da Representação Diplomática do Brasil em Washington para o status de Embaixada: “O título (...) por si só é um manifesto (...) Estamos visivelmente no começo de uma nova era”.

A redistribuição de poder iniciada na década passada tem tido curso mais livre – na verdade, menos impedido – em certas áreas, como a da economia internacional.

A ação coordenada dos BRICS tem sido importante na reforma das instituições de Bretton Woods e na conformação da agenda do G-20 financeiro.

Já na área da segurança internacional, o avanço na adequação à nova realidade (cujo epítome seria a reforma do Conselho de Segurança) sofre resistências conhecidas, embora, mesmo aí, se estendermos o nosso olhar para um período mais amplo – duas décadas – veremos notáveis mudanças de percepção.

No início dos anos 1990, tratava-se de evitar uma reforma rápida e discriminatória (o chamado “quick fix”, que beneficiaria apenas Alemanha e Japão).

Hoje, inversamente, é impossível conceber-se um Conselho de Segurança reformado que não inclua o Brasil, a Índia e um país africano, conforme, no nosso caso, admitiu recentemente a própria secretária de Estado norte-americana.

Em todas essas áreas, o Brasil tem assumido responsabilidades compatíveis com os benefícios que retira de um sistema internacional que desejamos mais próspero e pacífico.

O Brasil tem trabalhado para que a multipolaridade que se anuncia consolide-se com predomínio da cooperação sobre o conflito, da norma sobre o arbítrio.

Para isso, empenha-se em multilateralizar a multipolaridade, isto é, em assegurar o respeito e a vitalidade das normas gerais de conduta em um sistema onde o poder é crescentemente disperso.

★ ★ ★

A integração sul-americana é, a um tempo, decorrência da multipolarização das relações internacionais e incentivo a ela.

Como no tempo do Barão do Rio Branco – e com as naturais diferenças entre as épocas – a integração (ou a cooperação) com nossos vizinhos é parte da nossa vocação para atuar globalmente.

Não há contradição entre trabalhar pela integração da América do Sul e atuar globalmente.

A América do Sul oferece um amplo potencial ao processo integrador: integração física, energética, econômica e política, as quais fornecem, em conjunto, saídas coletivas para desafios individuais de desenvolvimento de cada país.

O Mercosul e a Unasul cumprem esse desígnio em diferentes velocidades.

É impressionante, por exemplo, que a ligação entre o Atlântico e o Pacífico na América do Sul só ocorra no século XXI.

Daí o mérito de iniciativas como a Primeira Cúpula de Presidentes da América do Sul, que o presidente Fernando Henrique Cardoso teve a visão de convocar em 2000, e da qual surgiu a IIRSA.

A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), por sua vez, aproxima a América Latina e o Caribe à América do Sul.

Esse quadro constitui uma realidade já muito mais ampla do que a “Geração da Tríplice Aliança” de Rio Branco.

Eu mesmo disse certa vez a um colega apenas um ano e meio mais velho do que eu – e que havia trabalhado com Argentina no Itamaraty muito antes de mim – que éramos de gerações diferentes: ele era do tempo da Bacia do Prata, eu era da geração do Mercosul.

Um componente essencial da diretriz de cooperação regional na política externa do último decênio é a atitude de não indiferença.

A não indiferença complementa – e não substitui – a não intervenção, pois indica que o exercício da solidariedade deve pautar-se pelo respeito à soberania dos Estados e ao direito internacional.

A primeira vez que me vali desse conceito foi por ocasião da criação do Grupo de Amigos da Venezuela.

Muitos criticaram o que viam como uma intervenção em assuntos internos daquele país.

Podíamos e devíamos, contudo, contribuir para o diálogo, desde que ele fosse aceito pelas partes envolvidas, o que de fato ocorreu.

A composição plural do Grupo de Amigos, com países mais próximos do Governo e outros à oposição, contribuiu para o equacionamento pacífico da situação que se instalara após a tentativa de golpe contra o presidente Chávez de 2002.

A não indiferença inspirou, em 2004, a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas no Haiti, sob a égide do Conselho de Segurança.

No Haiti, demonstramos não apenas ser capazes de assumir a parte de responsabilidade que cabe ao Brasil pelo “bem público” da paz internacional, mas também a disposição de participar de uma iniciativa sem precedentes entre os países latino-americanos – sobretudo sul-americanos – em termos de articulação política e de presença militar.

O Brasil, como sexta economia do mundo, não pode “pegar carona” na paz mundial: tem que contribuir para ela.

A aproximação com o Haiti levou à abertura de um diálogo político mais abrangente no Caribe, que resultou na realização da Cúpula Brasil-Caricom em 2010, ampliando ainda mais o núcleo do “ciclo maior” divisado por Rio Branco.

A solidariedade com o Haiti, como também a compreensão (mas não complacência) com dificuldades de nossos vizinhos, muitas delas oriundas das assimetrias dos níveis de desenvolvimento, têm, obviamente, custos.

Mas são custos compensados por relações estáveis a mais longo prazo.

No episódio da nacionalização de ativos da Petrobrás, em 2006, pelo Governo boliviano, essa atitude compreensiva – de “cordura e longanimidade” – foi criticada por muitos que desejavam um tratamento duro para com nosso frágil e pobre vizinho.

Esses críticos eram os mesmos que preconizavam uma atitude dócil diante das demandas de grandes potências em negociações como a da ALCA e do Mercosul-União Europeia, sem falar na OMC.

A verdade é que, em boa parte devido à nossa inclinação pelo diálogo, nunca faltou no Brasil uma molécula de gás.

Mesmo o aumento de preço foi relativamente modesto e absorvido sem impacto expressivo, ao passo que o Brasil tratava de diversificar suas fontes de suprimento de gás.

Atitude similar adotamos em relação às demandas do Paraguai relacionadas com Itaipu.

Em ambos os casos, os custos são superados pelo benefício para o Brasil de cercar-se de um cinturão de paz, prosperidade e boa vontade.

Iniciativas extrarregionais ou birregionais contribuíram para a afirmação da América do Sul como ator político.

As cúpulas da América do Sul com os países árabes (ASPA) e africanos (ASA) acrescentaram uma nova vertente à lógica regional ao recuperar o interesse e promover a aproximação entre civilizações afinal entrelaçadas em sua história.

Deram sua contribuição, não só pelo incremento expressivo de trocas comerciais, como também pelo estímulo ao conhecimento e ao contato mútuo, para tornar mais real a “nova geografia política e econômica mundial” defendida pelo presidente Lula.

Dizia o presidente: [cito] “Sempre tivemos os olhos muito voltados para o Norte. E, muitas vezes, não percebemos que as respostas para os nossos problemas poderiam ser encontradas no diálogo com nossos pares”. [fim da citação]

Válidas para as iniciativas birregionais, mas também para o processo integrador sul-americano e para nossa aproximação bilateral com a África e o mundo árabe, essas palavras remetem à maior margem de ação aberta à política externa pela decisão de explorar as perspectivas de uma ordem global mais descentralizada.

Além de reagir a agendas apresentadas por outros países, o Brasil tem podido cada vez mais criar sua própria agenda.

A base dessa ação independente em política externa, para além do não alinhamento de outrora, é hoje – tempo de maior autoestima na vida nacional e de maior fluidez na realidade internacional – um exercício de liberdade.

Todas essas iniciativas não são conduzidas em detrimento da relação com o Norte.

A elevação em 2008 das relações com a Europa ao nível da parceria estratégica, para a qual – é preciso notar – o Brasil foi convidado, ilustra os benefícios mútuos das sólidas relações do Brasil com o mundo desenvolvido.

Isso também vale para o diálogo estratégico e as frequentes trocas de visitas mantidos com os Estados Unidos recentemente.

★ ★ ★

Com a publicação da Estratégia Nacional de Defesa em 2008, o tema da Defesa Nacional retornou à agenda pública brasileira.

Do ponto de vista da política externa, esse fato coincidiu com o amadurecimento, na integração sul-americana, das discussões sobre o temário da defesa e da segurança.

Foi esse o contexto da criação, no quadro da Unasul, do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Essa inovação institucional corresponde a um movimento de fundo na realidade da América do Sul, que é a formação progressiva em nossa região do que Karl Deutsch denominou “comunidade de segurança”, isto é, uma região entre cujos membros a guerra é impensável.

A evolução da relação Brasil-Argentina nas três últimas décadas é paradigmática dessa tendência.

Ao erigir a cooperação em estratégia, a política de defesa brasileira reforça esse quadro.

A cooperação em defesa tem ocorrido de muitas maneiras, que vão da cooperação industrial em projetos comuns a exercícios conjuntos entre as Forças Armadas da região.

Como se sabe, a política externa dedicou boa parte de sua energia na última década a atender a “sede de Brasil” existente na África.

Ultimamente a política de defesa tem acompanhado esse movimento de priorização da África.

O Atlântico Sul é um espaço de projeção natural do Brasil.

Por isso atribuímos grande importância à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a Zopacas, estabelecida por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986 e composta pelos países ribeirinhos das duas margens do oceano.

Além de promoverem o princípio dos usos pacíficos dos oceanos, os membros da Zopacas defendem um Atlântico Sul livre de armas nucleares e de rivalidades militares.

Outras iniciativas têm ocorrido no plano multilateral, por meio do foro de defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, no plano trilateral, com a manobra naval dos países do IBAS, conhecida como IBSA-MAR, e no plano bilateral, em que procuramos aprofundar a cooperação em defesa com uma série de parceiros, da Namíbia a Cabo Verde.

Sem prejuízo dessa estratégia de cooperação tanto com parceiros do mundo desenvolvido quanto do Sul, o Brasil mantém também uma estratégia extrarregional dissuasória.

Entendemos que a ausência de ameaças imediatas em nosso horizonte militar não justifica a imprudência.

Forças Armadas modernas e em prontidão devem emprestar credibilidade à dissuasão de eventuais adversários e forças hostis.

São também a garantia da incolumidade dos ativos brasileiros em eventuais conflitos entre terceiras partes, possibilidades que não antevemos de imediato, mas que não podemos descartar.

Ao fortalecer a capacidade dissuasória brasileira, a política de defesa busca garantir que, na hipótese – que não deseja – de configuração de uma multipolaridade (ou qualquer outra estrutura internacional) conflituosa, o Brasil continue a ter sua voz ouvida e respeitada.

★ ★ ★

O Brasil da nova República e da Constituição cidadã ousou aspirar a um modelo de progresso nacional mais amplo, em que a estabilidade política e o desenvolvimento econômico fossem conjugados à inclusão social e reforçados por ela.

Gradualmente, e com especial intensidade na última década, esse novo progresso vem transformando a realidade brasileira.

Expandimos os limites do possível para muito além do que se concebia na República dos Conselheiros e nos conturbados períodos de oscilação entre democracia e autoritarismo que se seguiram.

Os avanços internos refletiram-se em uma nova autoestima nacional, e tiveram grande impacto na política externa.

Como afirmou a presidenta Dilma Rousseff, “esse país tem uma imensa capacidade de projeção internacional, porque esse país se encontrou internamente”. [fim da citação]

Ao mesmo tempo, como na época de Rio Branco, a ação diplomática também melhorou o conceito de que nossa pátria goza no mundo e deu orgulho a brasileiras e brasileiros mesmo no sertão mais longínquo.

A política externa ousou conceber-se em um raio mais amplo.

Ao assumir os riscos e beneficiar-se das oportunidades inerentes a uma atitude inovadora, sua ação teve em vista evitar os extremos do realismo, que resultam na inação, bem como o idealismo excessivo, que se traduz em irrelevância.

Com sua política externa ativa e altiva, o Brasil desconsiderou círculos de giz que traçavam supostos limites à sua projeção; pôs de lado concepções – talvez válidas em outro momento – que acentuavam a inexistência de excedente de poder; e aceitou sua atração para o lugar que o Barão do Rio Branco julgava devido do país, o “ciclo maior” da política mundial.

Ao ousar, seja sozinho, seja em conjunto com outras nações, abrimos caminhos que pareciam fechados, ampliamos os espaços de nossa liberdade e ajudamos, ainda que modestamente, as transformações em curso no mundo.

Até mesmo iniciativas que pareceram temerárias são hoje retomadas, ainda que de outra forma e por outros atores, demonstrando que soluções pelo diálogo não só são sempre preferíveis à coerção, mas são em geral possíveis, desde que haja verdadeira vontade política.

Complementamos interesses com solidariedade; aprofundamos a cooperação pela integração; e, pela nova ênfase na defesa, estamos respaldando e fortificando nosso “poder brando” de atrair pelo exemplo e de irradiar valores.

Já se registrou a singularidade do país que tem como um de seus heróis nacionais um diplomata que solucionou pacificamente questões vitais para a consolidação do seu território.

Essa singularidade é realçada quando se considera que o patrono de nosso Exército, o Duque de Caxias, é conhecido como “o pacificador”.

Cantamos “paz no futuro e glória no passado”.

Orgulhamo-nos desse interesse nacional lucidamente voltado para a paz.

Não poderíamos ter tradição mais nobre a nos orientar.

Muito obrigado.